



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 26ª (VIGÉSIMA SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 16 (*dezesseis*) dias do mês de outubro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 26ª (*vigésima sexta*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Leilson Oliveira Cunha, José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, a Assessoria Tributária Ana Thereza Nunes de Macedo Costa, em substituição ao Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade, ausente por motivo justificado. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior. Em seguida, passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/3055/2018 – Auto de Infração: 1/201806269. Recorrente: JACAÚNA DECORAÇÕES LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento, pra confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. **Processo de Recurso nº 1/3054/2018 – Auto de Infração: 1/201806268. Recorrente: JACAÚNA DECORAÇÕES LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO LEILSON OLIVEIRA CUNHA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento, pra confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. **Processo de Recurso nº 1/3059/2018 – Auto de Infração: 1/201806271. Recorrente: JACAÚNA DECORAÇÕES LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade por ausência de alíquota e base de cálculo no termo de conclusão** – Foi afastada, por unanimidade de votos, considerando que trata-se de mera formalidade, cuja omissão não traz prejuízo à parte, tendo em vista que o lançamento contém todos os elementos necessários à sua constituição. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para con-

firmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. **Processo de Recurso nº 1/3052/2018 – Auto de Infração: 1/201806266. Recorrente: JACAÚNA DECORAÇÕES LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO WANDER ARAÚJO DE MAGALHÃES UCHÔA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade por ausência de alíquota e base de cálculo no termo de conclusão** – Foi afastada, por unanimidade de votos, considerando que trata-se de mera formalidade, cuja omissão não traz prejuízo à parte, tendo em vista que o lançamento contém todos os elementos necessários à sua constituição. **2. No mérito**, a 2ª Câmara de Julgamento resolve dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, em razão da procedência do Auto de Infração nº 201806271, cujos valores de base de cálculo para a falta de recolhimento do tributo devem ser deduzidos no presente lançamento nos meses de janeiro e março de 2014. Assim, após as reduções (01/2014 - R\$57.394,00 e 03/2014 - R\$20.844,00), não restou valores para o exercício de janeiro de 2014 e, para o mês de março de 2014, restou uma base de cálculo de R\$65.089,25. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, constante dos autos, mas de acordo com a manifestação oral, em sessão, da Assessora Processual Tributária, Dra. Ana Thereza Nunes de Macedo Costa. **Processo de Recurso nº 1/3053/2018 – Auto de Infração: 1/201806267. Recorrente: JACAÚNA DECORAÇÕES LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA JUCILEIDE MARIA SILVA NOGUEIRA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade por ausência de alíquota e base de cálculo no termo de conclusão** – Foi afastada, por unanimidade de votos, considerando que trata-se de mera formalidade, cuja omissão não traz prejuízo à parte, tendo em vista que o lançamento contém todos os elementos necessários à sua constituição. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. **Nada mais havendo a tratar**, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 05 de novembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA